

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da
Mesa

- REQUERIMENTO Número /XI
(.ª)
- PERGUNTA Número /XI
(.ª)

Assunto: Atraso no pagamento de salários e subsídios dos trabalhadores da Fábrica de Curtumes Carneiro, Ribas & Sousa

Destinatário: Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Fábrica de Curtumes Carneiro, Ribas & Sousa, criada após a reestruturação da Nova Empresa Industrial de Curtumes, tem atrasado o pagamento dos salários aos seus trabalhadores.

Encontram-se em atraso o salário de Dezembro e Janeiro, bem como o subsídio de Natal. Esta situação decorre de um sucessivo atraso no pagamento de salários que, agora, resulta em mais de um mês de atraso. Devido à presente situação os trabalhadores encontram-se em greve, defendendo o seu direito ao salário.

O atraso no pagamento dos salários resulta num agudizar da situação económica dos agregados familiares envolvidos, aumentando a exposição à pobreza, existindo já situações alarmantes que deveriam ser acompanhadas.

A reestruturação de que a empresa foi alvo resultou na alienação do maior activo económico da empresa, que é o terreno onde a fábrica se encontra. De facto, o terreno onde a fábrica está instalada tem um elevado interesse imobiliário, e tendo sido alienado pela empresa, esta encontra-se, agora, obrigada a pagar uma renda pela ocupação do local. A renda que é paga agrava ainda mais a situação económica da empresa, que já de si apresenta algumas debilidades.

O Bloco de Esquerda tem sérias dúvidas sobre o processo que resultou na alienação do terreno onde a fábrica se encontra instalada. As dúvidas suscitadas prendem-se com a possibilidade deste processo ter tido o objectivo de proceder à descapitalização da empresa. Aliás, a existência de um projecto imobiliário para o local, que tem sido largamente publicitado, levanta ainda mais dúvidas sobre a situação actual da empresa e as motivações que levam ao atraso no pagamento aos trabalhadores.

O contexto económico-social do concelho do Porto, onde se encontra a empresa, é extremamente preocupante: a taxa de desemprego atinge níveis assustadores e o tecido económico degrada-se a cada dia que passa. Assim, a manutenção da empresa em questão, com os seus 72 trabalhadores, é essencial para a preservação do tecido económico portuense.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento dos salários em atraso na empresa em questão?
2. Quais as medidas que o Governo tenciona adoptar para avaliar da possível descapitalização da empresa?
3. Quais as medidas que o Governo irá desencadear para defender os postos de trabalho na

empresa em causa?

4. Existiram, no passado, algumas ajudas de institutos públicos a esta empresa? Se sim, quando e quais os montantes?
5. Quais as medidas que o Governo irá desencadear para perceber da responsabilidade da administração na actual situação económica da empresa?

Palácio de São Bento, 4 de Fevereiro de 2010.

Os Deputados

**Pedro Filipe Soares
Semedo**

João

**José M. Soeiro
Martins**

Catarina